

**DISTRITO FEDERAL
PROGRAMA DE GOVERNO
2019-2022**

Distrito Federal

Governador

General Paulo Chagas



Vice:

Adalberto Monteiro

**Juntos com
Jair Bolsonaro
para
Presidente da República**

Venha conosco!

CONVOCANDO UM EXÉRCITO DE PESSOAS DE BEM

Neste ano de 2018, as eleições no âmbito da Federação, dos Estados e do Distrito Federal ganham contornos inéditos, em virtude da crise de proporções históricas que impacta amplos setores e todos os estratos sociais. A iniciativa privada convive com o esfacelamento da estrutura econômica, evidenciado nos altos índices de desemprego, na elevada carga tributária, na excessiva centralização, na asfixiante burocracia e nos exorbitantes custos de produção — com destaque para a energia e a logística — que sufocam a produção nacional.

Nos últimos três anos, uma série de acontecimentos políticos, jurídicos, morais e policiais vêm colocando o País em constante ebulição. Se antes havia um paralisante embate entre o Legislativo e o Executivo, assiste-se agora a marcantes contenciosos entre estes e o Judiciário, envolvendo também o Ministério Público. Conflitos internos do Judiciário colocam em xeque o que alguns chamam de “judicialização da política” e outros de “politização do judiciário”. De todo modo, princípios e valores tão caros às pessoas de bem — que compõem a maioria da sociedade brasileira — estão sendo repetidamente vilipendiados por autoridades e ícones políticos.

No Distrito Federal, a inépcia na gestão governamental e o desequilíbrio das contas públicas tornam cada vez mais precários os serviços ofertados à população, particularmente nas áreas da saúde, da educação, da segurança e da mobilidade urbana. Nosso território está malcuidado e a infraestrutura se revela em processo crescente de deterioração. Um exemplo característico é o viaduto que desabou no início do Eixão Sul, na área central de Brasília, em 6 de fevereiro de 2018. As autoridades nada fizeram para evitar o desastre que, não fosse a providência divina, poderia ter ceifado inúmeras vidas humanas. Além disso, passados mais de seis meses, o Governo do Distrito Federal sequer foi capaz de iniciar as obras de reconstrução, demonstrando inexplicável incapacidade para produzir um projeto de engenharia dentro dos moldes exigidos pela legislação e pela urgência do caso.

Mas o futuro poderá ser melhor, bem melhor, se a população puder conhecer e apoiar as nossas propostas, perfeitamente alinhadas com as do candidato a **Presidente da República, Jair Bolsonaro**, em sua cruzada para resgatar o Brasil e colocá-lo no caminho da Honestidade, da Ética, da Transparência, do Civismo e da Cidadania.

Se é verdade que não há previsão de abundantes recursos para investimentos, mesmo nas áreas prioritárias, também é verdade que as entregas à população poderão ser bastante melhoradas, caso o novo Governador se disponha a modernizar e agilizar a gestão, otimizar a máquina pública, combater efetivamente a corrupção, aperfeiçoar as estruturas e os processos, eliminar “vazamentos” de recursos, reduzir cargos comissionados e valorizar os Servidores Públicos. Além disso, novos recursos poderão ser buscados junto aos organismos nacionais e internacionais de fomento, bem como em transparentes processos de desestatização.

Nesse panorama, as necessidades das populações mais carentes e desassistidas são absolutamente prioritárias, ensejando urgente reestruturação dos sistemas públicos de saúde, segurança e educação — desordenados por anos de infiltração ideológica, demagogia, superficialidades e maquiagens espetaculosas.

Outras urgências, contudo, apresentam-se. O novo Governador terá que auditar os gastos públicos, para saber onde há desperdício e despesas inúteis, melhorando a relação custo-benefício do governo. Terá também que encarar, com determinação, coragem e inteligência, o "mal da corrupção" que, como um câncer, alastra-se em metástases e ameaça a todos os órgãos da administração, em especial onde são encontrados tecidos fragilizados pela incompetência, pela omissão, pela má fé, pelos interesses espúrios das negociatas políticas, pelo descompromisso com a missão, pelas "máfias" e pelos cartéis — campos férteis e propícios para o seu desenvolvimento. Para isso, terá que mapear o dispositivo e os métodos do mal, montar uma estratégia que considere todas as suas possibilidades e selecionar, concentrar e empregar os seus meios de combate.

Paralelamente, será preciso, na medida do possível, reduzir impostos e, ao máximo, os achaques e obstáculos burocráticos postos no caminho do empreendedorismo, de modo a fazer com que o mercado encontre a sua vocação, realize inovações, estimule os investidores e amplie a criação de empregos e de renda.

Junto ao território, o novo Governador deverá dedicar especial atenção à competência e à atuação dos meios orgânicos de vigilância e de fiscalização do patrimônio fundiário — distrital e federal — evitando que a negligência se transforme em leviandade e que termine por fazer desocupar, demolir e destruir o que não poderia ter sido invadido, construído e plantado. O Distrito Federal, com 58 anos de existência, ainda convive com a indefinição da propriedade e da regularização de 68% das terras habitadas e produtivas, chamando os governantes verdadeiramente responsáveis a tomar, para si, a difícil tarefa de acelerar a solução definitiva dessa situação.

Também em regime de urgência, o próximo período de gestão deverá priorizar a execução de obras de manutenção corretiva e preventiva nas pontes, nos viadutos e nas demais estruturas, cujas condições imponham risco aos usuários.

Do mesmo modo, o novo Governador do Distrito Federal não poderá ignorar — como tem sido feito — os municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). A articulação socioeconômica dessas populações guarda enorme potencial de crescimento, gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. Inúmeras oportunidades poderão se concretizar, com destaque para as áreas de Transportes, Logística, Telecomunicações, Tecnologias, Recursos Hídricos, Energia, Saúde, Educação, Segurança Pública, Defesa Civil e Assistência Social.

Caras amigas, caros amigos!

Tenho décadas de vida militar dedicadas ao serviço da Pátria, com o apoio de minha família. Pelas conquistas e êxitos desse período, sinto-me realizado, pessoal e profissionalmente. Contudo, indignado com esse ambiente político que criou os graves problemas que afligem a Nação brasileira e, em especial, o Distrito Federal, fui convocado por amigos e conhecidos para essa nobre e desafiante missão: servir à nossa população, desta vez a partir do Palácio do Buriti.

Assim, após um período de imersão na atmosfera contaminada da política brasileira, posso garantir que a maioria do eleitorado quer mudança de personagens, de atitudes e de propósitos dos "profissionais" que, há décadas, servem-se da Nação para enriquecer, fingindo que a servem. Para esses — escolados e em maioria no meio — o que está em jogo é a "fortuna" e não a servidão. Por isso, nesse ambiente sem ética e sem regras claras, é um difícil, mas cativante desafio, para os "novos", transitar com transparência, franqueza, independência e honestidade de propósitos. O jogo é sujo e os "antigos" enxergam essas atitudes como o diabo enxerga a cruz! Para eles, os fins justificam os meios, aí incluídos conchavos, mentiras, coligações espúrias — que contradizem e desmentem vergonhosamente seus discursos — além de armadilhas, emboscadas e encontros com falsas bandeiras brancas. Qualquer artimanha é válida!

Cabe-me, na condição de "calouro", manter-me firme na rota dos meus propósitos, combatendo o bom combate e guardando a fé — a verdadeira, não a do poder pelo dinheiro — para chegar ao fim com a consciência tranquila e a certeza de ter feito o que tinha que ser feito e como tinha que ser feito, podendo declamar, com orgulho, o poema de Fernando Pessoa:

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

O que me anima a continuar nesse caminho é o fato de encontrar — todos os dias e cada vez mais — pessoas que, espontaneamente, juntam-se a nós, sem impor nenhuma condição, simplesmente pelo desejo de ter, no Governo do Distrito Federal, uma equipe que se disponha a servir, colocando seus interesses pessoais sempre subordinados ao bem comum. Essa crescente, contínua e irrefreável *corrente pra frente* nos dá a certeza de que é, sim, perfeitamente possível criar um ambiente de segurança, honestidade e ética, oferecendo infraestrutura, serviços públicos de qualidade e as melhores condições para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Essa *corrente pra frente* está formando um Exército. E, para as nossas conquistas, estamos convocando todas as pessoas de bem, como você.

Venha conosco!

SUMÁRIO

1. UMA NOVA IDENTIDADE PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	6
Missão (2019-2022) do GDF.....	6
Visão 2022 do GDF	7
Princípios e Valores do GDF (2019-2022).....	7
2. EIXOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO	8
2.1. Segurança Pública.....	8
2.2. Educação.....	11
2.3. Saúde.....	13
2.4. Mobilidade Urbana e Transportes.....	18
2.5. Território e Urbanismo.....	19
3. EIXOS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO	21
3.1. Sociedade.....	21
3.2. Economia	22
3.3. Agricultura e Abastecimento	24
4. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	26
4.1. Casa Civil.....	26
4.2. Controladoria-Geral.....	27
4.3. Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF).....	27
4.4. Fazenda.....	27
4.5. Planejamento, Orçamento e Gestão	28
5. PRÓXIMOS PASSOS	30

1. UMA NOVA IDENTIDADE PARA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

É voz corrente, em diversos segmentos da sociedade, que o Distrito Federal não tem sido muito feliz na escolha de seus governantes, especialmente nas últimas duas décadas. Seria injusto, contudo, afirmar que os eleitores não sabem votar, até porque os candidatos que lhes foram apresentados não configuravam alternativas que, de fato, representassem os anseios da maioria, composta essencialmente por pessoas de bem. A opção terminava sendo, quase sempre, pelo “menos ruim”.

Como reflexo de sucessivas gestões impregnadas por grupos políticos de interesses pouco republicanos, o Governo do Distrito Federal (GDF) terminou por transmitir uma imagem ruim à população, muito diferente do que seria se fosse delineada pelos Servidores Públicos de carreira e vocação. Daí a proposta de uma nova identidade para o GDF, onde os Servidores Públicos poderão, orgulhosamente, desenvolver todo o seu potencial e oferecer, à população, infraestrutura e serviços com a qualidade exigida por todo cidadão que aqui produz e paga seus impostos.

Essa nova identidade sintetiza, para os próximos anos, o propósito do Governo do Distrito Federal: para que ele existe, aonde pretende chegar e quais os princípios de atuação. É por intermédio dessa identidade que eu, General Paulo Chagas, candidato a Governador do Distrito Federal, declaro aos Servidores Públicos e à população do Distrito Federal as mais importantes diretrizes para o período de gestão 2019-2022, tendo como cerne a missão, a visão de futuro e os valores institucionais.

Terminadas as eleições, todos os integrantes e colaboradores do GDF serão exortados a compreender e internalizar cada uma das ideias dessa nova identidade, a ponto de defendê-las e discuti-las em seu ambiente social ou de trabalho. Desse modo, cada um dos Servidores deve relacionar seus afazeres cotidianos à missão e aos valores declarados, bem como enxergar, na visão de futuro, um objetivo-síntese que — direta ou indiretamente — ajudará a atingir.

A missão sintetiza o porquê da existência do GDF perante a sua população, os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), as demais Unidades da Federação, o Governo Federal e as outras nações do planeta. É clara e inspiradora, permitindo caracterizar a identidade do Governo e servir como fonte motivadora a todos os seus integrantes.

Missão (2019-2022) do GDF

Promover, em ambiente de segurança e em harmonia com a União, o desenvolvimento socioeconômico sustentável e oferecer bens e serviços públicos de qualidade à população do Distrito Federal.

A visão 2022 indica o que o GDF irá construir, ao longo do período de gestão. Configura um objetivo-síntese para os próximos quatro anos e não se confunde com a visão prospectiva, a qual deve ser elaborada para o longo prazo — 20 anos, por exemplo, para um território — e deve preceder um Plano Estratégico para o Distrito Federal.

Visão 2022 do GDF

Que a população do Distrito Federal possa desfrutar de elevados índices de segurança, desenvolvimento, cidadania e qualidade de vida.

Os valores consolidam o conjunto de princípios culturais, ideológicos, morais e éticos que deve caracterizar o GDF e pautar a conduta dos Servidores Públicos. Além disso, delimitam atitudes e ações estratégicas, táticas e operacionais. Vale dizer que a missão deve ser cumprida e a visão alcançada, mas não a qualquer custo, isto é, sem abrir mão dos nossos valores, também compartilhados pela maioria da população ordeira e trabalhadora que habita a Capital do Brasil.

Esta campanha, portanto, é para um Governo baseado em princípios e valores. Assim, é possível que algumas das nossas propostas sejam modificadas e ajustadas, em função de novos estudos, novos argumentos ou mudanças de conjuntura. Contudo, é imutável e inaceitável colocar em negociação nossos princípios e valores. Deles, não nos afastaremos jamais. Este é o maior dos nossos compromissos.

Princípios e Valores do GDF (2019-2022)

- *Democracia Liberal e Republicana.*
- *Justiça, Legalidade e Legitimidade.*
- *Cidadania e Cívismo.*
- *Respeito à Vida, à Família e à Diversidade.*
- *Honestidade, Ética e Transparência.*
- *Inovação, Empreendedorismo e Mérito.*
- *Sustentabilidade Socioambiental.*

2. EIXOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do Distrito Federal será construído de modo holístico e integral, observando-se seus múltiplos e importantes aspectos — humano, social, econômico, político, científico, tecnológico, ambiental e cultural, entre outros.

Todavia, as conjunturas nacional e do Distrito Federal impõem medidas e ações mais vigorosas e concentradas em determinadas áreas — territoriais ou funcionais — particularmente sensíveis e que, nas últimas décadas, têm sido objeto de promessas de campanha e, depois, relegadas ao esquecimento, à incompetência, à negligência, aos desmandos ideológicos e, não raro, aos desvios da corrupção sistêmica que assola o ambiente político do País.

Por isso, as áreas de Segurança Pública, Educação, Saúde, Mobilidade Urbana e Território e Urbanismo estarão mais próximas da supervisão e da acurada orientação do Governador, sendo conduzidas por gestores de reconhecida competência e probidade, secundados por Servidores Públicos de carreira comprometidos com a excelência exigida pela população. As principais propostas para cada uma dessas áreas estão, a seguir, sinteticamente apresentadas.

2.1. Segurança Pública

- Implantar moderno, confiável, funcional e integrado sistema de operações e inteligência de Segurança Pública, de modo a permitir estreita coordenação e monitoramento entre os Órgãos de Segurança Pública do DF e sua articulação com os órgãos correlatos da RIDE.
- Reformular a sistemática de Comunicação Social e de Transparência em Segurança Pública, aprimorando a publicação de dados abertos (transparência ativa), em especial no que se refere aos presos e detidos, resultado das audiências de custódia, prisões provisórias, prisões preventivas, condenações, mudanças de regime (progressão da pena), fugas, “saidões” etc.
- Dotar os órgãos de Segurança Pública de materiais e equipamentos modernos, confiáveis e funcionais, capacitando os agentes para o emprego, nas melhores condições.
- Incrementar o setor de Inteligência em Segurança Pública como apoio fundamental às atividades operacionais, principalmente no que se refere à prevenção e ao combate à corrupção e às organizações criminosas.
- Reestruturar a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), resgatando as tradições e as boas práticas, de modo

a tornar o Distrito Federal a principal referência em Segurança Pública, perante as demais unidades da Federação.

- Resgatar a equiparação salarial da Polícia Civil do DF com a Polícia Federal e o consequente nivelamento remuneratório entre as demais Agências de Segurança Pública.

- Garantir o funcionamento ininterrupto das Delegacias de Polícia do Distrito Federal.

- Reformular a atual política de recursos humanos dos órgãos de Segurança Pública, com destaque para o fluxo de carreira — em especial dos graduados — e o plano de cargos e salários, afastando interferências político-partidárias e privilegiando o mérito.

- Buscar alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) da Agenda 2030 da ONU, para tornar Brasília e suas Regiões Administrativas seguras, resilientes e sustentáveis.

- Manter a ordem pública no Distrito Federal (DF), por meio de ordenamento jurídico capaz de aperfeiçoar a Segurança Pública.

- Operacionalizar a política de segurança de modo integrado às demais políticas públicas.

- Intransigentemente, prevenir e reprimir a corrupção e a improbidade administrativa, no âmbito do Setor Público.

- Apoiar a Controladoria-Geral, com pessoal e estrutura dos órgãos de Segurança Pública, na operacionalização de uma Força-Tarefa interagências de prevenção e combate à corrupção.

- Reestruturar e otimizar os processos burocráticos e administrativos, inclusive com investimento em tecnologias, com vistas a liberar os servidores de Segurança Pública para emprego em atividades operacionais.

- Avaliar a implementação do Programa Jovem Aprendiz Bombeiro e Jovem Aprendiz Policial, promovendo a inclusão social e a preparação para o mercado de trabalho de jovens vocacionados.

- Aumentar e renovar, constantemente, o efetivo nas bases das pirâmides hierárquicas das Polícias e do Corpo de Bombeiros Militar.

- Investir em avançadas tecnologias, tanto nas áreas-meio quanto nas áreas operacionais, ampliando a eficiência, a eficácia e a efetividade dos órgãos de Segurança Pública.

- Articular o planejamento e a execução das atividades de Segurança Pública com os demais órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como com os órgãos afins da esfera federal.

- Estabelecer programa de formação e capacitação continuada

dos agentes de Segurança Pública.

- Reformular e incrementar o sistema de serviço médico, psicológico e odontológico aos servidores de Segurança Pública e familiares, tendo como referência os sistemas de saúde das Forças Armadas.

- Valorizar os servidores de Segurança Pública destacados para as atividades operacionais e de instrução operacional de prevenção e combate aos crimes e ilícitos de qualquer natureza, bem como de salvamentos, prevenção e extinção de incêndios e atendimento pré-hospitalar.

- Apoiar os servidores de Segurança Pública envolvidos em processos judiciais decorrentes de atividades profissionais.

- Reformular e incrementar o programa de expansão e modernização do sistema prisional, por meio da integração dos meios do Estado com a sociedade, com a iniciativa privada e com os familiares dos presos.

- Articular ações com a Secretaria da Educação, a fim de ampliar a segurança das unidades escolares e áreas adjacentes, com vistas a prevenir e coibir ilícitos, especialmente os relacionados ao tráfico de drogas.

- Fortalecer os conselhos de segurança para uma gestão comunitária dos problemas relacionados à segurança pública.

- Incrementar os programas para ressocialização de menores infratores, por meio de capacitações, estágios, progressão de pena, parceria com os familiares, serviços em prol da comunidade, convênios com entidades religiosas, entre outras medidas.

- Reformular a estrutura de Defesa Civil, atualmente atribuída à Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social, priorizando a prevenção a desastres naturais e aos desabamentos de edifícios, pontes, viadutos e outras obras de engenharia civil.

- Apoiar as políticas de saúde e prevenção às drogas, por meio da instituição de grupos multidisciplinares e de parcerias em todas as esferas da sociedade.

- Atualizar as normas de segurança contra incêndio e pânico, alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais.

- Implementar programa de incentivo à adequação das edificações mais antigas do Distrito Federal, conforme normas de segurança contra incêndio e pânico.

- Melhorar a segurança dos passageiros e trabalhadores do sistema de Transporte Coletivo, em articulação com a Secretaria de Mobilidade Urbana e Transportes.

2.2. Educação

- Reduzir ao máximo a disseminação, em ambiente escolar, de ideias enviesadas de cunho político-ideológico e partidário, permitindo e incentivando que os alunos pesquisem e tenham conhecimento das diversas correntes existentes no planeta, bem como de seus pontos fortes, fracos e consequências históricas (Escola Sem Partido).
- Desenvolver e implementar o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Distrito Federal (SAEB-DF), assegurando a compatibilidade metodológica com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especialmente no que se refere às escalas de proficiência e ao calendário de aplicação.
- Estruturar os sistemas de gestão física, financeira, tecnológica e material, bem como as políticas relacionadas ao capital humano e intelectual a cargo da Secretaria da Educação, com base em critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos.
- Valorizar os professores, evidenciando sua primordial importância para a sociedade, por intermédio de:
 - capacitação e desenvolvimento dos docentes em novas técnicas e práticas pedagógicas;
 - reconhecimento de sua autoridade no espaço educacional;
 - institucionalização de filosofia escolar fundamentada em valores, que conduza o público aprendiz ao caminho da disciplina e do respeito;
 - provimento de recursos instrucionais que possibilitem a implementação das melhores práticas educacionais;
 - premiação pelo mérito e pelos resultados alcançados.
- Identificar, sistematizar e oferecer um banco de melhores práticas educacionais, apoiando projetos a serem desenvolvidos, por adesão, pela direção e pelo corpo docente das unidades escolares.
- Proporcionar às escolas do Distrito Federal os meios necessários para que as instituições possam oferecer aos docentes, alunos, familiares e colaboradores um ambiente de ensino em que se desfrute de segurança, focado na qualidade, na disciplina e nos valores cívicos e éticos.
- Expandir a oferta de creches, buscando atender a toda a demanda.
- Atender às demandas de vagas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
- Assegurar a entrega de livros e material didático aos alunos, no início do ano letivo.

- Reformular o Plano Distrital de Educação – PDE, mantendo as boas práticas em curso e incorporando, após cuidadosa avaliação, novos fundamentos pedagógicos.
- Criar condições para que a educação no DF caminhe em sincronia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), assegurando educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Alcançar as metas para a Educação Básica indicadas no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/2014).
- Oferecer merenda escolar em quantidade e qualidade adequadas às necessidades nutricionais das crianças e adolescentes, inclusive com alimentos produzidos pela agricultura familiar.
- Expandir a oferta de transporte escolar de qualidade, principalmente para os alunos mais carentes da rede pública.
- Rever as atribuições e a composição do Fórum Distrital de Educação – FDE.
- Racionalizar as estruturas administrativas da Secretaria da Educação, com vistas a aumentar a eficiência e a eficácia.
- Acelerar a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Promover o desenvolvimento de valores cívicos, éticos e democráticos no âmbito escolar, por intermédio dos docentes, gestores, colaboradores e parceiros da educação.
- Promover práticas comportamentais que restabeleçam a disciplina e os cuidados com as instalações escolares, sobretudo no relacionamento entre docentes e discentes, bem como na interação entre alunos.
- Incentivar a participação dos familiares dos alunos em apoio às atividades administrativas, cívicas, esportivas, culturais, técnico-científicas, sanitárias e de convivência.
- Assegurar e incentivar a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.
- Ampliar a segurança nas escolas e em suas proximidades, de modo a coibir ilícitos como o tráfico de drogas e proporcionar melhores condições para as atividades docentes e discentes.
- Cooperar com órgãos governamentais e entidades civis em programas de redução da criminalidade entre jovens.
- Promover o emprego de novas tecnologias de ensino em todos os níveis, com prioridade para o Ensino Médio.

- Oferecer conexão com a internet (banda larga) em todas as escolas do DF.
- Desenvolver um novo plano de carreira para os profissionais da educação, com base em critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos.
- Estabelecer critérios técnicos de mérito e de desempenho dos alunos, bem como de participação da comunidade escolar, para nomeação dos diretores e diretoras de escolas.
- Incrementar substancialmente, na medida do possível, as escolas de tempo integral, com as adaptações físicas, curriculares e de apoio necessárias.
- Adotar políticas para a redução da evasão escolar, particularmente no Ensino Médio.
- Oferecer, no Ensino Médio, matérias optativas de conteúdo acadêmico e profissional.
- Incentivar a prática de Educação Física e do Desporto Escolar em todas as escolas da rede pública.
- Promover a integração das escolas com as unidades básicas de saúde, especialmente para o desenvolvimento de projetos de prevenção a doenças contagiosas.
- Negociar convênios de cooperação com o Instituto Federal de Brasília (IFB), "Sistema S", da Confederação Nacional da Indústria, entidades profissionais, universidades, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e empresas, para ampliar a oferta de matérias profissionais no Ensino Médio, afinadas com os projetos de desenvolvimento econômico do DF e Entorno.
- Promover a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a aumentar o contingente de concludentes do Ensino Médio e profissionalizante, nessa faixa etária.
- Aprimorar o diagnóstico e o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais.
- Incrementar o programa de formação e capacitação continuada para os professores, contemplando o combate ao preconceito e quaisquer outras formas de discriminação.

2.3. Saúde

- Reavaliar a estrutura organizacional e funcional da Saúde do Distrito Federal, com o objetivo de garantir a todo cidadão, independentemente do local de sua moradia, o direito de acesso a uma Saúde Pública de qualidade, conforme os princípios da Universalização,

Equidade e Integralidade que regem a política do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

- Ampliar a cobertura de atendimento da Atenção Primária em Saúde (APS), por intermédio da expansão do número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF).
- Implantar o Gabinete Itinerante da Saúde, com cronograma de atendimento previamente divulgado à população, visando ouvir a comunidade e os profissionais que atuam nas unidades da Secretaria de Saúde, com o propósito de solucionar e agilizar as demandas dos serviços disponibilizados pelo SUS.
- Implantar novo Sistema de Gestão em Saúde, por segmento de atuação, como ferramenta de tomada de decisão e planejamento, norteado pela revisão dos processos de trabalho, fluxos e rotinas, estabelecendo o conceito de Centros de Custo como um dos instrumentos auxiliares no processo de gerenciamento e tomada de decisão.
- Reestruturar o Plano de Cargos e Salários e rever o modelo de Avaliação e Desempenho Funcional, com a implantação de remuneração adicional variável e de outras compensações, vinculadas ao atingimento de resultados estabelecidos no Plano de Indicadores e Metas, definidos para cada segmento da Saúde.
- Implantar sistema de monitoramento e avaliação das equipes de saúde, com base em Indicadores e Metas, complementando-o com mecanismos de recompensa das equipes que atingirem as metas.
- Reavaliar o sistema implantado no Instituto Hospital de Base (IHB) e nas Organizações Sociais (OS), com vistas ao aperfeiçoamento do modelo de gestão para resultados.
- Estudar parcerias por áreas, nas quais as OS assumem a gestão de todas as unidades de saúde de determinada região.
- Reavaliar a grade curricular dos Cursos de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade oferecidos pela Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS e pela Universidade de Brasília - UnB, com o objetivo de adequar às necessidades das Equipes de Estratégia de Saúde da Família do Distrito Federal.
- Estabelecer parcerias com as entidades de ensino do Distrito Federal para viabilizar Curso de Especialização em Saúde da Família visando capacitar os profissionais médicos, enfermeiros e demais integrantes da Rede de Saúde do Distrito Federal.
- Recuperar as estruturas deterioradas e/ou inadequadas, recompor e requalificar as equipes de trabalho, atualizar os equipamentos e instrumentais de saúde e reavaliar o sistema de manutenção preventiva e corretiva.

- Reavaliar a localização das atuais UBS, visando a facilitar o acesso da população aos serviços. Utilizar Unidades Móveis de Saúde para atendimento onde há dificuldade de acesso às UBS.
- Empregar Unidades Móveis de Saúde para disseminar ações preventivas de saúde e ensinamentos básicos de primeiros socorros em escolas, empresas, comunidades carentes e órgãos públicos.
- Fortalecer as ações da Vigilância Sanitária, identificando áreas precárias em saneamento básico, especialmente em regiões ocupadas por populações com alta vulnerabilidade social.
- Fortalecer o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a gestão da saúde na Atenção Básica / Saúde da Família, por intermédio de ações de atividades físicas, reabilitação, nutrição e dietética, saúde mental, serviço social e demais movimentos que proporcionam o bem-estar da população, alinhados à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.
- Por intermédio das Equipes de Saúde da Família, desenvolver ações de apoio aos pacientes idosos vulneráveis, em conjunto com a Assistência Social do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), visando ao cuidado da saúde, segurança e bem-estar do cidadão.
- Ampliar e fortalecer as ações da Assistência Médica Domiciliar, para acompanhamento de pacientes com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica, evitando internações hospitalares desnecessárias e filas para atendimento no Serviço de Urgência e Emergência.
- Investir na Atenção da Saúde da Mulher e da Criança, ampliando as ações que favoreçam o acompanhamento do pré-natal de qualidade nas UBS/ESF, com o propósito de prevenir a gravidez em grupos de vulneráveis e reduzir as taxas de mortalidade materna, fetal e infantil.
- Realizar campanhas educativas e fornecimento de métodos anticoncepcionais compatíveis para cada paciente. Rastrear e mapear o câncer de mama e de colo de útero, promovendo ações de incentivo para vacinação do HPV — inclusive em escolas — cumprindo o Calendário Nacional de Vacinação.
- Expandir a Saúde Bucal, ampliando a assistência nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e nos Unidades Odontológicas Móveis (UOM). Implementar serviços de urgência e emergência odontológica e procedimentos odontológicos para pacientes com necessidades especiais, bem como assistência odontológica na rede escolar e nas creches.
- Readequar o Sistema de Informações da Saúde, priorizando o Prontuário Eletrônico do paciente e as informações do cidadão por meio do

Cartão SUS, disponibilizando os dados e as informações em rede, em todos os níveis de atenção à saúde, com ampliação do acesso e da melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Alinhar procedimentos com o Programa digiSUS e o aplicativo e-SAÚDE, do Ministério da Saúde.

- Reorganizar a hierarquia dos níveis de Atenção à Saúde, de acordo com a sua complexidade, fortalecendo a Atenção Básica nos seus princípios de redução dos riscos de doenças, proteção e promoção da saúde, a Atenção Secundária nos serviços de complexidade intermediária da Rede de Atenção às Urgências (RAU), especialidades médicas, exames e procedimentos de média complexidade e a Atenção Terciária nos atendimentos de alta complexidade através da readequação da rede hospitalar.

- Reavaliar o número e a localização das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e revitalizar as estruturas físicas e funcionais, facilitando o acesso da população aos serviços e aliviando a sobrecarga no atendimento da rede hospitalar.

- Reavaliar o horário estendido de atendimento nas UBS/ESF, visando contemplar a população trabalhadora que não tem acesso às Unidades de Saúde no horário regular de funcionamento.

- Incrementar o uso da telemedicina como importante instrumento para o diagnóstico a distância de patologias e de orientação de procedimentos e tratamentos médicos.

- Priorizar ações para a redução da fila de procedimentos cirúrgicos eletivos e demanda reprimida de consultas de especialidades médicas, por intermédio de convênios a ser firmados com a rede privada de hospitais e clínicas.

- Reestruturar e expandir a assistência à saúde mental, mediante o fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas modalidades de álcool e drogas, adulto e infantil, em cada Região de Saúde. Promover ações educativas, por intermédio das UBS/ESF, em parceria com os órgãos de educação e assistência social, bem como com entidades do Terceiro Setor.

- Expandir os Postos Avançados de Coleta de Sangue, visando a facilitar o acesso dos doadores e fortalecendo a rede de distribuição de sangue e hemoderivados.

- Implantar Plano de Contingência para recuperação da estrutura física e funcional da Rede Hospitalar, definindo um modelo de gestão flexível e integrado que contemple a qualidade dos serviços e a segurança do paciente, com vistas ao processo de Acreditação Hospitalar. Criar o Comitê de Urgência e Emergência visando padronizar e integrar as condutas de atendimento à população, por intermédio do estabelecimento de Protocolos Clínicos.

- Atualizar e padronizar os princípios e fundamentos que norteiam o Modelo de Classificação de Risco de Urgência e Emergência (Protocolo de Manchester), utilizado pela rede de atendimento à saúde.
- Identificar na Rede Hospitalar, as Unidades que se enquadram no Plano Estratégico de referência para o atendimento precoce das patologias de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), readequando, reequipando e recapacitando os profissionais dos Hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, Unidades Móveis de Apoio em Rodovias e profissionais da Atenção Básica.
- Adequar as áreas de atuação e competências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros e Unidades de Apoio Médico em Rodovias, de acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências.
- Aumentar o número de ambulâncias e veículos destinados ao transporte sanitário e de urgência, reavaliando o plano de manutenção preventiva e corretiva da frota existente.
- Reavaliar o atual modelo da logística da Saúde para os processos de aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de materiais, medicamentos e insumos para as Unidades de Saúde (UBS e UPA) e Rede Hospitalar, de acordo com a estruturação das Regiões de Saúde do Distrito Federal.
- Reavaliar a estrutura organizacional e funcional da Saúde, de acordo com os fundamentos e objetivos do Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal, objetivando a redução de custos e a maximização de resultados.
- Ampliar e aprimorar o Serviço de Ouvidoria do SUS, por intermédio de ações que fortaleçam o canal de comunicação e confiança entre a população e a Secretaria de Saúde do GDF.
- Incentivar o uso de parcerias com entidades vocacionadas, como o SESI, SENAI e Organizações do Terceiro Setor, para reforçar as ações de promoção da Saúde e prevenção de agravos em escolas públicas, comunidades e eventos públicos.
- Reavaliar a pactuação físico-financeira com o SUS, estabelecida com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, para o atendimento de serviços de Urgência e Emergência, Consultas Eletivas, Exames de Análises Clínicas e Imagem e Procedimentos Cirúrgicos prestados pelo Distrito Federal aos pacientes dos estados de Goiás e Minas Gerais.
- Promover uma nova configuração da saúde no DF, de maneira que todo cidadão residente possa desfrutar de bem-estar e vida saudável, conforme estabelecido no Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030 da ONU.

2.4. Mobilidade Urbana e Transportes

- Buscar a redução do trânsito de ônibus e de automóveis pela melhoria da qualidade do transporte coletivo para os cidadãos que diariamente se deslocam para o Plano Piloto.
- Criar um sistema de transporte coletivo exclusivo para o Plano Piloto, integrado e complementado pelos sistemas que cobrem todo o DF e Entorno.
- Ampliar a integração intermodal: ônibus, metrô, BRT, VLP (Veículo Leve sobre Pneus), automóveis e bicicletas.
- Aumentar a segurança dos passageiros e trabalhadores do Sistema de Transporte Coletivo, com a participação da Secretaria de Segurança Pública.
- Estudar a viabilidade de implantação de um sistema de Zona Azul no Plano Piloto e nas áreas centrais das principais cidades do DF, substituindo os atuais "flanelinhas" por agentes de estacionamento.
- Resgatar e avaliar o projeto de utilização dos trilhos ferroviários para a implantação de metrô de superfície, a ser ofertado para as populações que habitam o Sul do DF e seu Entorno.
- Modernizar o Metrô, melhorando a gestão e ampliando, na medida do possível, o número de carros e composições, bem como as condições físicas das estações.
- Estimular a concorrência no provimento do transporte urbano, impedindo a formação de cartéis.
- Melhorar o Sistema de Transporte Coletivo, assegurando conforto, rapidez e segurança, para que possa valer como alternativa ao automóvel.
- Implantar o Anel Viário do DF, como melhor alternativa rodoviária de passagem pela região, aliviando o trânsito na EPIA.
- Promover a integração dos sistemas de transporte com os municípios da RIDE, em especial da Área Metropolitana de Brasília (AMB).
- Incentivar o transporte em ciclovias.
- Incrementar o BRT, com a circulação preferencialmente em faixas exclusivas.
- Incrementar o VLP como alternativa ou complementarmente ao BRT, conforme as disponibilidades orçamentárias.
- Melhorar a acessibilidade aos serviços de transporte público

para as pessoas com necessidades especiais.

- Aumentar a participação do uso de energia limpa e combustíveis alternativos no transporte coletivo.
- Aumentar a participação da população no processo de tomada de decisão, no que se refere à mobilidade urbana.
- Ampliar e melhorar a qualidade da pavimentação asfáltica.
- Resgatar e avaliar os projetos de construção do estacionamento subterrâneo na Esplanada dos Ministérios.
- Aperfeiçoar os aplicativos disponíveis para smartphones, oferecendo informações sobre os itinerários das linhas, as estações e as paradas previstas.
- Ampliar, melhorar e organizar as áreas de estacionamento para automóveis no Plano Piloto e no centro das principais Regiões Administrativas, principalmente mediante Parcerias Público-Privadas.

2.5. Território e Urbanismo

Urbanismo é entendido, segundo o Dicionário Michaelis, como “o conhecimento e o conjunto de técnicas para a organização e o desenvolvimento racional de sociedades urbanas, conforme as necessidades de suas populações”. Trata-se, neste Programa de Governo, de incrementar substancialmente as condições arquitetônicas dos espaços públicos urbanos, com ênfase para a acessibilidade, para a limpeza e para o paisagismo, melhorando a qualidade de vida e ampliando a sensação de pertencimento dos cidadãos residentes no DF. Seguem as principais ações, nesse campo, a ser desenvolvidas.

- Articular parcerias com a sociedade e os com órgãos competentes para a preservação, manutenção, recuperação, disponibilização e melhoria do patrimônio cultural, histórico e artístico do Distrito Federal, em harmonia com as demandas socioeconômicas e com as necessidades de ampliação da infraestrutura territorial — saneamento, energia, pavimentação etc.
- Reavaliar, aperfeiçoar e implementar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), em consonância com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).
- Estudar a criação de Distritos de Melhoria de Negócios (DMN), a ser geridos pelas Parcerias Público-Privadas (PPP). São potencialmente indicados como projetos piloto de DMN o Setor Comercial Sul (Plano Piloto), a Avenida W3 e a Avenida Comercial Norte de Taguatinga.
- Priorizar e estimular PPP e outras formas de desestatização em projetos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental do DF.
- Articular ações integradas com os Estados de Goiás e Minas

Gerais e, em especial, com os municípios que integram a RIDE, para a realização de projetos de longo prazo de armazenamento, captação, tratamento, transporte e distribuição de água potável para as populações envolvidas, interligando os sistemas e garantindo o abastecimento, mesmo em períodos de grande estiagem.

- Investir na preservação e no uso sustentável e eficiente dos recursos hídricos.
- Avaliar e reformular as atribuições dos órgãos envolvidos com a gestão dos recursos hídricos, com destaque para a Adasa e a CAESB.
- Priorizar a prevenção de desastres naturais e, especialmente, de desabamentos de edifícios, pontes, viadutos e outras obras de engenharia civil, em todo o DF.
- Promover intervenções ambientalmente sustentáveis no território, principalmente as relacionadas com energia, pavimentação, saneamento básico e telecomunicações, com vistas ao bem-estar da população.
- Coibir a ocupação livre e sem controle.
- Investir na implementação de serviços básicos de saneamento e limpeza, com qualidade.
- Avaliar e reorientar, se for o caso, os projetos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental do DF.
- Melhorar a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais aos espaços abertos e aos serviços essenciais.
- Estender a aplicação das boas práticas de urbanismo a todas as Regiões Administrativas do DF.
- Implantar nova política de resíduos sólidos no DF, tendo como base a legislação nacional e as melhores práticas internacionais, com finalidade de preservar o meio ambiente e solucionar o passivo ambiental deixado pelos governos anteriores.
- Especialmente por intermédio da SEGETH e da AGEFIS, incrementar ações proativas de monitoramento de invasões, ocupações e construções irregulares, prevenindo e evitando a demolição posterior de obras em andamento ou concluídas.

3. EIXOS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os vetores de atuação deste Governo incluem outras dimensões políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais de grande importância, que demandam ações integradas, articuladas e conduzidas por profissionais especializados em gestão pública. Para tanto, serão selecionados pelo mérito e pelo compromisso com a missão de servir à sociedade do Distrito Federal, sem propósitos de viés ideológico ou partidário.

As sintéticas propostas, divididas em Sociedade, Economia, Infraestrutura e Agropecuária e Abastecimento, estão a seguir apresentadas.

3.1. Sociedade

- Promover ampla avaliação e aprimorar os programas destinados ao Desenvolvimento Social, às Mulheres, à Igualdade Étnica, aos Idosos, aos Portadores de Necessidades Especiais e aos Direitos Humanos, com vistas a melhor atender aos seus objetivos sociais.
- Incentivar o empreendedorismo as Parcerias Público-Privadas (PPP) no desenvolvimento de projetos e atividades culturais.
- Recuperar, construir e disponibilizar instalações desportivas comunitárias, especialmente em áreas carentes. Apoiar as comunidades na manutenção dessas instalações, evitando depredações.
- Estimular e apoiar a prática de esportes para as pessoas idosas e para aquelas com necessidades especiais, particularmente entre as populações de baixa renda.
- Combater o preconceito e quaisquer outras formas de discriminação.
- Articular ações junto a entidades nacionais e internacionais, bem como junto ao Governo Federal, no sentido de apoiar os programas e os projetos destinados ao Desenvolvimento Social, às Mulheres, à Igualdade Étnica, aos Idosos, aos Portadores de Necessidades Especiais e aos Direitos Humanos.
- Buscar parcerias com entidades nacionais e internacionais, bem como com o Governo Federal, para o desenvolvimento de projetos de cunho artístico, cultural, de esportes, de lazer e de turismo.
- Integrar atividades educacionais, culturais, de esporte, de lazer e de turismo, racionalizando a aplicação de recursos públicos.
- Estudar a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP) para a preservação e manutenção das instalações desportivas comunitárias, sem custo para os usuários.

- Estimular competições desportivas, incentivando a prática de esportes, inclusive por intermédio de Parcerias Público-Privadas (PPP).
- Valorizar e ampliar as artes visuais, principalmente por intermédio do estabelecimento de PPP.
- Despertar o interesse dos estudantes pela cultura geral (mundial), nacional e regional, com destaque para música popular brasileira como difusora da nossa pluralidade cultural.
- Estimular a leitura e os escritores locais, com envolvimento das Escolas de educação básica.
- Incentivar a plena atuação da Rádio Cultura como expressão das atividades culturais do Distrito Federal.

3.2. Economia

- Promover o desenvolvimento das principais vocações econômicas sustentáveis no âmbito das Regiões Administrativas do DF, como, por exemplo, serviços em geral, serviços financeiros, comércio, indústria, agronegócio, mineração, logística e educação.
- Priorizar e estimular as Parcerias Público-Privadas (PPP) e outras formas de desestatização, ampliando a segurança jurídica dos contratos e oferecendo serviços públicos de qualidade.
- Implementar políticas públicas de fomento e estímulo aos investimentos e às atividades econômicas da iniciativa privada.
- Simplificar processos e promover a desburocratização no relacionamento entre os representantes das organizações de direito privado e os órgãos públicos.
- Fomentar e estimular a instalação de novas empresas dos diversos segmentos — industrial, comercial, de serviços, do agronegócio e outros — privilegiando aquelas ambientalmente sustentáveis e geradoras de novos empregos.
- Eliminar os gargalos logísticos do Distrito Federal e facilitar trânsito de mercadorias e serviços.
- Em articulação com o governo de Goiás e municípios envolvidos, promover o desenvolvimento do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.
- Fazer gestões no sentido de viabilizar recursos para a construção e operação da linha férrea Brasília-Goiânia.
- Desenvolver estudos de viabilidade, em articulação com o Governo Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais, para a institucionalização da Região Metropolitana de Brasília.
- Articular ações com a União e demais poderes constituídos,

no sentido de proporcionar segurança jurídica aos investidores — locais, nacionais e internacionais — interessados em desenvolver projetos no DF.

- Buscar parcerias com os governos da RIDE — estaduais e municipais — em articulação com o Governo Federal, a fim de promover o desenvolvimento e a logística regionais.
- Buscar parcerias com os governos, empresas, ONG, centros de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de projetos com base em Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Reorientar as atividades da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP/DF) incrementando seu papel de instrumento de desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico.
- Implantar programa de eficiência energética e sustentabilidade para diferentes segmentos — industrial, comercial, domiciliar, de serviços e do agronegócio.
- Incrementar e acelerar o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC), promovendo a integração com setores produtivos locais, regionais (da RIDE), nacionais e internacionais.
- Criar um centro de atendimento às empresas (pessoas jurídicas), com vistas a desburocratizar e agilizar o atendimento, especialmente dos microempreendedores, das micro e pequenas empresas.
- Avaliar a implantação de Centros Temporários de Acolhimento (CTAs), para prestação de serviços de apoio à pessoas em situação de rua, com o objetivo de que essas pessoas sejam capacitadas, consigam trabalho e se tornem independentes.
- Promover o desenvolvimento do turismo de negócios e eventos, complementado pelo turismo cívico, inclusive em parceria com os cursos de turismo das Instituições de Ensino Superior.
- Apoiar os Centros Regionais de Tradição, uma vez que o Distrito Federal abriga populações oriundas das diversas regiões do País.
- Apoiar a organização de roteiros cívicos de turismo, principalmente durante os fins de semana e feriados.
- Buscar parcerias com os governos da RIDE — estaduais e municipais — para promoção do turismo em destinos vocacionados, a exemplo de Pirenópolis e Alto Paraíso de Goiás.
- Combater a pirataria e o contrabando.
- Combater o comércio irregular, estimulando a formalização e a regularização.
- Estimular o crescimento das micro, pequenas e médias empresas no DF.

- Incrementar e aperfeiçoar o Centro de Processamento de Dados do GDF, de modo a subsidiar, nas melhores condições, os processos de tomada de decisão.
- Racionalizar a estrutura administrativa e otimizar os processos da Companhia Energética de Brasília (CEB), com vistas a ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da empresa, melhorando a qualidade e diminuindo os preços dos serviços prestados à população.
- Avaliar e, se for o caso, promover a desestatização do todo ou de partes da Companhia Energética de Brasília (CEB), com vistas a melhorar a qualidade e reduzir os preços dos serviços prestados à população.
- Otimizar os processos de licenciamento ambiental, em áreas urbanas e rurais, com a finalidade de torná-los mais céleres e menos burocratizados.

3.3. Agricultura e Abastecimento

- Estimular o desenvolvimento dos setores de Agricultura e Abastecimento, como forma de contribuir para a geração de emprego e renda no DF e Entorno, por intermédio de práticas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas, reduzindo a pobreza rural.
- Ampliar o acesso dos empreendimentos rurais familiares à economia formal, com o desenvolvimento de atividades inovadoras em apoio às organizações de produtores rurais no processo de comercialização.
- Contribuir para a valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos Agricultores Familiares do DF e Entorno.
- Priorizar a aquisição de produtos orgânicos oferecidos pela agricultura familiar para a elaboração da merenda escolar, no âmbito da Rede Pública de Educação Básica.
- Estimular o uso racional da água na agricultura e na pecuária, por meio de práticas conservacionistas mais adequadas e a adoção de novas tecnologias, em parceria com universidades e instituições de pesquisa.
- Apoiar o processo de formalização de organizações de Agricultores Familiares e de suas entidades representativas.
- Promover a construção de relações empresariais inovadoras, oferecendo novas fórmulas às pequenas organizações rurais, como, por exemplo, a eliminação do atravessador e a comercialização direta entre produtor e comprador.
- Promover o uso de tecnologias como meio para incrementar a produtividade de pequenas organizações rurais locais, proporcionando ao Agricultor Familiar o acesso a mais e melhores informações, facilitando novas formas de distribuição e comercialização e abrindo novos mercados, por

meio do comércio eletrônico.

- Apoiar as organizações agrícolas no desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado consumidor, valorizando a produção agrícola e pecuária do Distrito Federal.
- Apoiar as ações de inserção mercadológica da produção da Agricultura Familiar, mediante a formação de uma Rede de Comercialização, sob coordenação da EMATER/DF.
- Divulgar as oportunidades de negócios por meio da Unidade Central da Rede de Comercialização.
- Empreender esforços para que a previsão legal de que, no mínimo, 30% das compras institucionais de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no âmbito do Distrito Federal, seja atingida e ultrapassada, favorecendo as organizações de agricultores.
- Desenvolver processos de capacitação em gestão de empreendimentos rurais familiares, destacando as questões técnicas relativas ao negócio (cadeia produtiva) e também os aspectos administrativos, financeiros, fiscais e legais.
- Promover processos de capacitação de jovens em gestão administrativa de empreendimentos rurais, comercialização e planos de negócio, buscando parcerias com escolas agrotécnicas e universidades.
- Acelerar o processo de regularização fundiária das áreas rurais do DF, como forma de apoiar os agricultores a obterem a segurança jurídica sobre a propriedade e o acesso às políticas públicas e ao crédito rural.
- Apoiar a recuperação de agroindústrias familiares com a respectiva capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores).
- Incentivar os produtores familiares do DF e Entorno na produção de hortifrutigranjeiros orgânicos e de qualidade.
- Realizar a integração das estruturas agroindustriais e de mercado do DF e Entorno.
- Implantar uma “linha direta” de comercialização entre os setores supermercadistas e hoteleiros do Distrito Federal e as organizações de Agricultores, valorizando e promovendo a produção local.
- Incremento dos sistemas de comunicação rural, principalmente de telefonia rural móvel, fazendo-se cumprir a previsão legal da ANATEL; e criação de sistema de alertas de segurança pública rural por meio de aplicativos e central de monitoramento.

4. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

As diretrizes estratégicas do Governador serão caracterizadas pela objetividade, pragmatismo e simplicidade, de modo a facilitar o entendimento por parte dos executores e a ampliar a transparência para a sociedade em geral e para o cidadão, em particular. O desafio é fazer mais e melhor, com menor custo e menos pessoas. Para tanto, é preciso investir em novas tecnologias e racionalizar a gestão.

Os servidores de carreira terão prioridade para a ocupação de cargos de chefia, em todos os níveis, mediante manifestação de interesse e análise de currículo. A máquina administrativa será racionalizada, por meio de reestruturação organizacional ou fusão de órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como de movimentação de pessoal, após estudos de adequação, realinhamento e melhoria de processos.

4.1. Casa Civil

- Realizar a coordenação e articulação das relações institucionais com os demais Poderes do Distrito Federal, com os Poderes da República e com governos estaduais e municipais.
- Realizar a coordenação e articulação das relações institucionais com a sociedade, entidades sindicais, categorias profissionais e terceiro setor.
- Resgatar programas e projetos paralisados ou não iniciados, dos governos anteriores, em articulação com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, analisando a viabilidade e adequabilidade da reativação. Caso positivo, incluir no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), no Plano Plurianual (PPA) e nos orçamentos anuais.
- Racionalizar a estrutura organizacional e os processos administrativos do GDF, com vistas a reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura oferecidos à população.
- Realizar a coordenação e a articulação político-governamental da Administração Direta e Indireta.
- Analisar as proposições a ser encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou por ela submetidas à sanção do Governador.
- A Casa Civil não deverá executar, diretamente, programas e projetos destinados à atividade-fim, ou seja, à prestação de serviços públicos.
- Propor as diretrizes estratégicas que deverão balizar a elaboração do Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), do Plano Plurianual e dos Orçamentos Anuais, a cargo da Secretaria de Planejamento,

Orçamento e Gestão.

- Criar um Gabinete Distrital de Crises, para prevenção e oportunas intervenções, quando necessário.

4.2. Controladoria-Geral

- Constituir Força-Tarefa de prevenção e combate à corrupção, com o apoio dos demais órgãos do GDF e em constante articulação com o Ministério Público e o Tribunal de Contas (“Lava-Jato do DF”).
- Atuar com foco na ouvidoria, na transparência, na defesa do patrimônio público, na prevenção e no combate à corrupção e na apuração intransigente de irregularidades.
- Reformular e aprimorar o Portal da Transparência, para torná-lo mais amigável e com conteúdos completos e constantemente atualizados.
- Articular ações junto ao Tribunal de Contas do Distrito federal e ao Tribunal de Contas da União, antecipando-se a eventuais falhas que possam ser detectadas nos processos de auditoria.
- Atender aos pedidos de informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) relacionados à fiscalização da gestão, em articulação com os demais órgãos do GDF.
- Em articulação com a Procuradoria-Geral, realizar gestões no sentido de eliminar o pagamento de supersalários, ou seja, acima do teto constitucional, no âmbito da Administração Direta e Indireta.
- Reformular e aprimorar a Ouvidoria-Geral, especialmente no atendimento às reclamações e denúncias.
- Orientar e supervisionar os serviços das ouvidorias públicas dos órgãos do GDF.

4.3. Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF)

- Articular ações junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, local e federal, de modo a garantir que as realizações destinadas a promover o desenvolvimento econômico e ambiental e a qualidade de vida dos habitantes do Distrito Federal não venham a ferir o ordenamento jurídico em vigor.
- Em articulação com a Controladoria-Geral, realizar gestões no sentido de eliminar o pagamento de supersalários, ou seja, acima do teto constitucional, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

4.4. Fazenda

- Investir em tecnologias que permitam aumentar a eficiência,

a eficácia e a efetividade da Secretaria de Fazenda do DF.

- Reduzir a inadimplência fiscal e a sonegação, por intermédio do aprimoramento dos mecanismos de controle.
- Revisar a política de renúncias fiscais, com vistas a eliminar privilégios e proporcionar tratamento isonômico aos contribuintes.
- Desburocratizar as exigências do Fisco, tornando mais simples e direto o seu cumprimento.
- Fortalecer a gestão dos órgãos de controle da arrecadação e reduzir a sonegação e a evasão fiscal.
- Criar uma Força Tarefa para auditar as Receitas do DF.
- Aperfeiçoar o relacionamento com os empresários, por meio de suas entidades representativas.
- Aperfeiçoar o relacionamento com os contabilistas, por meio de suas entidades representativas.
- Promover campanhas periódicas quanto ao correto cumprimento da legislação tributária e advertir sobre as penalidades decorrentes do seu descumprimento.
- Equalizar o descompasso tributário do Distrito Federal com os Estados de Goiás e Minas Gerais.
- Reformular, aperfeiçoar e ampliar o Programa Nota Legal, incentivando os contribuintes a exigirem as notas fiscais e facilitando o monitoramento eletrônico de movimentação de mercadorias e prestação de serviços.
- Aperfeiçoar o relacionamento com a Receita Federal do Brasil.
- Aperfeiçoar o relacionamento com as demais Receitas Estaduais e as principais Receitas municipais do Brasil, em especial as da RIDE.
- Combater o contrabando, o descaminho e o comércio ilegal ou irregular.
- Promover o intercâmbio de conhecimentos, técnicas e projetos desenvolvidos pelas Receitas Estaduais e as principais Receitas municipais do Brasil, em especial as da RIDE.
- Desenvolver amplo programa de formação e capacitação dos servidores da Secretaria de Fazenda.
- Promover recadastramento voluntário de áreas construídas.
- Promover revisão geral do cadastro de imóveis e acelerar a regularização das ocupações irregulares no DF.

4.5. Planejamento, Orçamento e Gestão

- Melhorar a qualidade da gestão pública, mediante investimento maciço em modernas tecnologias e em desenvolvimento de competências nos quadros do GDF, com o propósito de lograr mais e melhores resultados com menor custo e menos servidores.
- Reduzir o número de cargos comissionados sem vínculo efetivo.
- Elaborar — com base nas diretrizes estratégicas do Governador, orientação da Casa Civil e em articulação com todos os órgãos públicos do Distrito Federal — o Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), abrangendo 20 (vinte) anos, ou cinco períodos de governo.
- Elaborar — com base no PEDF, na orientação da Casa Civil e em articulação todos os órgãos públicos do Distrito Federal — o Plano Plurianual (PPA) para o período 2020-2023.
- Elaborar — com base no PPA, na orientação da Casa Civil e em articulação todos os órgãos públicos do Distrito Federal — os Orçamentos Anuais relativos ao período 2020-2023.
- Elaborar o PEDF, o PPA e o Orçamento Anual incluindo indicadores e metas, em todos os níveis, de modo a facilitar o Monitoramento e a Avaliação dos planos, programas, projetos e processos, em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.
- Conforme orientação da Casa Civil, resgatar programas e projetos paralisados ou não iniciados, dos governos anteriores, analisando a viabilidade e adequabilidade da reativação. Caso positivo, incluir no Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF), no Plano Plurianual (PPA) e nos orçamentos anuais.
- Analisar e orientar a revisão, a correção e o aperfeiçoamentos dos principais projetos a ser implementados pelos órgãos da administração direta e indireta do GDF.
- Definir metas mensais, trimestrais, semestrais e anuais para as secretarias, subsecretarias, coordenações e equipes.
- Desenvolver competências nos servidores de todo o GDF, por intermédio da Escola de Governo (EGOV) e de parcerias com outras escolas corporativas, para implantação de gestão de projetos e de processos nos respectivos órgãos e instituições públicas.
- Promover a capacitação e sensibilização dos integrantes dos Conselhos Comunitários, para que atuem com mais eficiência e busquem reduzir os atuais indicadores de judicialização.
- Instituir, como procedimento do Modelo Gestão, o desdobramento e alinhamento do PPA até o nível operacional, contemplando a elaboração de Planos de Projetos que incluam indicadores e metas para todos os órgãos do GDF, em estreita sintonia com os orçamentos anuais.

5. PRÓXIMOS PASSOS

Nas inúmeras reuniões e encontros de que tenho participado, as pessoas se manifestam quase sempre com um conjunto de preocupações que quero aqui compartilhar: será que o povo do Distrito Federal terá serenidade para manter a estabilidade e participar da reconstrução?

Será que teremos inteligência, perseverança e resignação para sofrer com o Brasil, em geral, e com o Distrito Federal, em particular, durante o tempo necessário para a formação de uma nova geração, com as atitudes e os valores que irão, definitivamente, reerguer e sustentar a Nação? Será que saberemos nos manter unidos e responsabilmente participativos?

Ou será que continuaremos apenas a observar, inertes, como fizemos durante o tempo em que nos deixamos enganar pelas turmas que prometeram o paraíso, mas distribuíram somente as migalhas e destruíram os alicerces do desenvolvimento, ao tempo em que assaltavam os cofres da Nação?

Em resposta a essas preocupações e dúvidas, tenho dito e repetido: é preciso somente que as pessoas nos conheçam, assim como nossas experiências; que saibam das nossas propostas para o Distrito Federal, perfeitamente alinhadas e sintonizadas com candidato a **Presidente da República, Jair Bolsonaro**; e que há um crescente, contínuo e irrefreável movimento de união em torno dos nossos princípios e valores, com destaque para a Honestidade, a Ética, a Transparência, o Civismo e a Cidadania.

Nesse sentido, vale destacar que este Programa de Governo é dinâmico, como devem ser todas as ações baseadas nas melhores práticas de gestão. Desse modo, é bastante provável que ajustes e aperfeiçoamentos sejam seguidamente realizados, sempre com o intuito de servir, da melhor maneira possível, à população do Distrito Federal.

Com esse propósito, estamos reunindo um verdadeiro Exército, no qual mulheres, homens e crianças — de todos os estratos populacionais, de todos os segmentos da sociedade e de todas as Regiões Administrativas — estão se juntando a nós para combater a corrupção, a incompetência, os interesses escusos e as negociatas políticas. E, simultaneamente, para reconstruir o Distrito Federal, criando um ambiente de segurança e oferecendo infraestrutura, serviços públicos de qualidade e as melhores condições para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Tudo isso é perfeitamente possível. Mas, para a concretização desses objetivos, estamos convocando todos os cidadãos de bem que, como você, compartilham da nossa indignação, dos nossos ideais e dos nossos princípios e valores.

Faça parte dessa luta! Venha conosco!

Brasília, DF, 15 de agosto de 2018.

General Paulo Chagas